
042ª SESSÃO ORDINÁRIA 12MAI2016

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações.

O SR. MAURO PINHEIRO: Boa tarde, Presidente da Sessão, Ver. Guilherme Socias Villela; demais Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16, público das galerias, neste período de Comunicações quero aproveitar para falar um pouco do cenário político que estamos vivenciando no nosso País, Ver. Kevin, Líder do Governo. Algumas pessoas festejam, outras estão tristes. Eu acho que o que hoje está acontecendo em Brasília, da admissibilidade do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff no Senado, que agora terá prazo de até 180 dias para decidir se concretiza o *impeachment* ou não e assume o Vice-Presidente Michel Temer, para todos nós é um momento de tristeza, independente de ser PT ou torcer pelo Partido A, B ou C, porque isso não é um jogo de futebol, quando a gente fica alegre com a derrota de uns e vitória de outros. É um momento delicado que vive o nosso País, internacionalmente está sendo comentado por todos. Eu acho que é um momento triste, porque não há vencedores nem perdedores. O País inteiro perde quando é feito um processo de *impeachment*, por questões de improbidade administrativa, por crime ou seja lá o que for. É importante dizer que nos crimes de responsabilidade cuja Presidente Dilma está respondendo, há juristas que entendem que há crime e outros juristas dizem que não há crime. Isso deixa dúvidas no ar, e o julgamento é muito mais pelas condições de instabilidade na economia e na política do nosso País. Esses talvez sejam os maiores fatores desse processo de *impeachment* do que os próprios crimes atribuídos à Presidente Dilma Rousseff. Há argumentos que dizem que sim e outros que dizem que não. Um dos argumentos que

existem dizem respeito a decretos que o próprio Vice-Presidente assinou, com valores superiores aos que a Presidente Dilma assinou. Então, se fosse pelos decretos e pelos processos que há no Tribunal Superior Eleitoral, há processos contra os dois, contra a Presidente e contra o Vice-Presidente. Existe um processo de *impeachment* que está sendo arrolado pelos próprios tribunais dizendo que o Vice-Presidente também deveria estar sendo julgado, mas esse processo não avançou na Câmara Federal. Então nós estamos mais julgando a Presidente da República pela sua popularidade do que pelos seus próprios atos. E não estou aqui para defender o Partido dos Trabalhadores, até porque não faço mais parte dele há pouco tempo, discordo de várias atitudes de algumas pessoas e não do Partido como um todo, Ver.^a Sofia. Através da Lava Jato tem-se investigado não só o Partido dos Trabalhadores, mas a política como um todo, e eu não concordo – e tenho certeza de que nenhum dos Vereadores desta Casa concorda – com este processo e com estes desmandos na política de corrupção, que envolvem vários partidos, mas eu acho que se o Vice-Presidente Michel Temer for realmente um estadista, com este processo que inicia com a admissibilidade no Senado, deveria, neste momento que está assumindo o Governo Federal como Presidente interino, ele próprio deveria dizer que seria um Presidente interino provisório e, independente desse resultado, procurar umas novas eleições, porque a população, assim como tem uma impopularidade com o Governo Dilma Rousseff e Michel Temer como Vice, também tem a mesma sensação de que Michel Temer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Concluindo, Presidente, eu acredito que se realmente for um estadista, o Vice-Presidente Michel Temer, se estiver pensando no País, deveria, neste momento, tentar ajustar novamente a casa, porque a crise econômica e política que o País vive desde a eleição de 2014, pela polarização e disputa pelo poder, tem prejudicado a sociedade como um todo. Ele deveria, sim, agora assumir e dizer que vai ser um Presidente interino e temporário e chamar novas eleições para que a população e a sociedade, que não concordam nem com um governo nem com o outro, possam, com o voto popular, decidir quem querem que presida o nosso País. Eu acho que seria muito sensato que fizesse isso, mas, infelizmente, acredito que não o fará. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, hoje vamos ter aqui muitos discursos, muitas falas, muitas lamentações, muitas críticas, muitas observações. Eu quero dizer aos meus prezadíssimos colegas o que resta para nós brasileiros. Permitam-me, respeitosamente, dizer a todos, até porque ao longo do tempo que aqui estou nunca me declarei de esquerda ou de direita, ou de governo enfim, tenho sido um parlamentar independente, mas muito tenho votado com o Governo porque não faço política com ódio, nem com rancor, nem sou daqueles que torce para dar tudo errado.

E todos aqui sabem que não concorro à reeleição nas próximas eleições, mas levo daqui vários ensinamentos; vários, e muitas frustrações; muitas! Se há uma mágoa que eu levo é da minha incapacidade de ter convencido os prefeitos e os colegas Vereadores de que nós precisávamos e precisamos fazer uma defesa constante da cultura regional gaúcha, a cultura do povo gaúcho. Aqui é a Capital dos gaúchos, aqui é a Capital Internacional dos Gaúchos. Cultura essa que é respeitada no mundo inteiro. E não é melhor do que outras – nunca disse e nunca direi –, mas chama a atenção. Nós temos, aqui no Rio Grande, uma cultura própria e nós não estamos dando a devida atenção à cultura regional.

Ao longo do tempo, como autor, tive vários projetos aprovados. Apesar de não ser médico, tive projetos aprovados da área da saúde, em parceria com o Ver. Dr. Thiago; outros em parceria com o Ver. Idenir Cecchim; enfim, vários Vereadores aqui já foram parceiros em projetos; tenho também projetos na área tributária, porque é uma área que gosto muito.

Eu levo daqui a certeza de que o povo brasileiro cansou dos políticos que usam como instrumento a mentira! E políticos mentirosos há em todos os partidos! Parece que a demagogia e a mentira devem ser seguidas com esse ou aquele parlamentar. A mentira venceu; terminou! Aquele Prefeito, Governador, Presidente, Parlamentar – Vereador ou Deputado –, que mentir, doravante vai pagar muito caro! E não foi a primeira vez que mentiram para o povo brasileiro, não! Não! É muito comum, em período eleitoral, os parlamentares, os candidatos a prefeito, governador, presidente, dizerem, contarem uma história e na prática se comportarem e conduzirem o trabalho de modo bem diferente,

apartado da sua fala. A prática é uma e a fala é outra. Quero, com muito cuidado, porque, primeiro, quem sou eu, não estou aqui chamando a atenção, só estou fazendo uma manifestação porque este é o meu sentimento de que a mentira venceu, o prazo da mentira se esgotou, não haverá mais condições de mentir, doravante. Não tem. Até então as campanhas era um momento, a execução do mandato era outro. Terminou. Tenho certeza absoluta que quem agir doravante e não observar a sua caminhada, o que disse durante as campanhas, vai pagar e pagará muito caro, com certeza absoluta. Porque isso tudo que aconteceu e está acontecendo não é só culpa dos parlamentares, porque eles são fruto, são resultados de uma vontade popular. Ninguém chega a um mandato por decreto. Chega pelo voto. Finalizo dizendo que nós somos o resultado da vontade do povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, assessores e amigos que estão aqui, público que nos assiste das galerias ou pela TVCâmara, quero reiterar o convite a todos os que estão presentes, dos mais diversos partidos e opiniões, independente do que pense, e principalmente a população de Porto Alegre que puder se fazer presente, pois vamos realizar um evento aqui no Plenário Ana Terra, amanhã, às 19h, para discutir fundamentalmente tudo o que neste ano vim relatando. E não só, porque na verdade a intenção, mais do que fazer uma discussão de Porto Alegre, é tentar irradiar essa discussão dos animais para outros Municípios, inclusive para outros Estados, como a gente vem fazendo. Amanhã, às 19h, é o dia em que a gente quer discutir a fundo o projeto do Hospital Público Veterinário - que a gente votou aqui na Câmara inclusive -, para que este projeto não fique apenas no papel, para que não vá até o meio do caminho ou que seja ineficiente, mas que seja um projeto efetivamente que vire uma obra e que atenda os animais, porque são milhares de animais, para que Porto Alegre se torne a capital real de eficiência e de política pública de atendimentos - eu gasto quase todo meu salário, para não dizer todo, com atendimentos, diria isso. Amanhã a gente quer discutir um plano real para que passe a existir uma

delegacia dos animais. Não basta a gente comentar aqui que existe uma delegacia ambiental, e isso e aquilo, se na prática a gente sabe que há centenas de assassinatos, estupros, espancamentos e atropelamentos e nada acontece, os inquéritos cem por cento viram arquivos. Um projeto também efetivo, Cláudio Janta, sobre a questão das castrações. Estamos enxugando gelo, protetores e protetoras de todo o Estado, e aqui de Porto Alegre não é diferente, porque um animal chega a gerar quase 80 mil animais dos seus filhotes e descendentes. Nós temos é que ter um plano de parceira com clínica privada do Município para fazer uma PPP, que realmente estruture um projeto de cem por cento dos animais castrados. E amanhã é o dia que a gente quer fazer isso, discutir isso de forma aprofundada. E fazer essa parceira com as clínicas para que tenha, no mínimo, 20, 30 clínicas por bairro de Porto Alegre, Ver. Adeli Sell, porque a gente precisa ter atendimentos nos bairros como se fossem postos de saúde, assim como tem para as pessoas, para os animais. Hoje, lamentavelmente, para uma pessoa que mora na Zona Sul, não há como atender. Eu que pego caso lá da Zona Sul, de Ipanema, do Lami, da Ponta Grossa, do Aberta dos Morros, assim como do extremo norte, da Elizabeth, do Sarandi, da Santa Rosa, digo a vocês: as pessoas não têm condições de atendimento e tem que ter parceira com clínica veterinária, senão nada adianta. E uma ambulância de resgate, o município que se preze, e dizer que tem monte de carros. Olhem, eu vejo aqui em baixo, chegar carros todos os dias das Secretarias, da SMIV, SMOV, das mais diversas Secretarias, lotadas. E nós não termos uma ambulância, Cláudio, uma ambulância de resgate de animais. Hoje se o indivíduo não pagar particular ou um táxi-dog ou não conseguir um vizinho para dar carona, o animal morre, não tem uma ambulância de resgate na cidade de Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) E eu quero aqui pedir a sensibilidade de, nesta sexta-feira, amanhã, às 19h, independente da pessoa que for votar. Porque não me interessa aqui, eu quero dizer, não me interessa a eleição. Particularmente, não tenho nenhum problema em não me reeleger ou ir embora da política. Se a gente conseguir fazer com que outros colegas, ou o próximo Prefeito de Porto Alegre, os executivos, os Prefeitos, de outras cidades, assumo essas pautas, eu, inclusive, me disponho a me retirar da política Câmara de Municipal com toda a garantia e toda tranquilidade do mundo, inclusive, com uma satisfação enorme de quem não tem o peso de estar todos os dias pelo o que eu passo. Mas, nesta sexta-feira, às 19h, eu quero

que as pessoas venham para a gente fazer essa discussão... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Maroni.

O Suplente André Carús assumirá no lugar do Ver. Valter Nagelstein. Solicito ao Suplente André Carús que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente André Carús prestará a seguir.

O SR. ANDRÉ CARÚS: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Declaro empossado o Ver. André Carús. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, André Carús, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é com muita honra que, em função da licença do Ver. Valter Nagelstein, que se encontra em viagem, por comunicação do nosso Líder da Bancada do PMDB, o Ver. Idenir Cecchim, assumo o mandato, ainda que por um breve período, enquanto perdurar a licença do Ver. Valter, a exemplo daquele período em que exerci esse mandato na Legislatura anterior. É importante salientar que, nesta Legislatura, nos últimos três anos e três meses, exerci a função junto ao Governo Municipal, como Diretor-Geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU. Por diversas vezes, quando no exercício na função de Diretor do DMLU, estivemos nesta Casa, debatendo importantes temas relacionados à questão ambiental, à limpeza pública, à questão da sustentabilidade e outros tantos assuntos que

são afetos à conservação e ao cuidado com a nossa Cidade. Neste período em que assumo novamente o mandato de Vereador, em respeito e consideração aos meus eleitores e à população de Porto Alegre, pretendo, novamente, trazer a discussão e o debate sobre aqueles temas que, enquanto Diretor do DMLU, aqui travamos, muitos deles relacionados, obviamente, ao presente da nossa Cidade, mas também ações voltadas para o futuro da nossa Capital. Quis o destino que assumíssemos o mandato numa data histórica para a política e para a democracia brasileira; numa data que, pela segunda vez, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Congresso Nacional decide por um impedimento, através de análise e aprovação de um processo de *impeachment*. A nossa expectativa é de que, vencida esta etapa de aprovação do *impeachment*, o Brasil possa recuperar o seu rumo e, mais do que isso, possa se projetar novamente nos cenários de desenvolvimento social, econômico e de recuperação da credibilidade perdida ao longo desse tempo em que mais pairavam dúvidas sobre os escândalos de corrupção que foram denunciados – e que muitas vezes resultaram em condenações – do que qualquer outra coisa. A paralisia ética e econômica, e a frouxidão moral do País, em muitos setores, tanto na área pública quanto na privada, aprofundaram a crise, aumentaram o desemprego, potencializaram a inflação e fizeram com que o País ficasse refém do loteamento de cargos e do fisiologismo dos partidos que se afirmaram dentro dessa lógica. É bem verdade que o meu partido, o PMDB, terá a responsabilidade de recuperar o rumo perdido nesse período, mas também é verdade que o PMDB terá outra responsabilidade, primeiro interna, de afastar aqueles quadros que, ao longo da história, desde a redemocratização, desde o período da ditadura militar, têm-se locupletado da coisa pública e têm-se valido daquelas práticas que nós combatemos do ponto de vista fisiológico e da troca de valores – do toma lá dá cá. O Senador Pedro Simon, quando ainda exercia o seu mandato no Senado Federal, sempre defendeu que era preciso promover, abrir a CPI dos corruptores, CPI das empreiteiras; sempre foi impedido, e a sua ideia não prosperou. O Ministério Público, a Polícia Federal e todas as instituições democráticas que se ocuparam desse papel colocaram na cadeia os verdadeiros responsáveis, corruptores e corruptos. Pela primeira vez na história deste País, nós temos empresários que corromperam, Ver. Janta, e também políticos que foram corrompidos.

Ao PMDB, então, cabe, Ver. Cecchim, fazer com que quadros como o do afastado Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ou o atual Presidente do Senado, Renan

pág. 7

Calheiros, sejam expulsos dos nossos quadros. São essas pessoas que vão tirar a autoridade política e moral que o Vice-Presidente Michel Temer tem de recuperar o rumo do País. Cabe também ao Presidente Michel Temer e a todos aqueles que estão na sua plataforma mais próxima de colaboradores impedir que denunciados, investigados ou processados ocupem vaga no Ministério, o que vai ser anunciado daqui a algumas horas. Se o PMDB vem com a tarefa de recuperar a credibilidade do País e tirá-lo da crise, também deve dar o exemplo para que o problema do País não vire um problema do PMDB como foi o problema do País um problema do PT, que misturou o público com o privado e nos aprofundou numa crise moral e ética sem precedentes. Então era isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Boa tarde, senhores e senhoras, uma comunicação importante eu venho fazer aqui. Eu e o Ver. Thiago estamos acompanhando bem de perto a caminhada do Hospital Parque Belém. O Parque Belém é um nosocômio extremamente moderno na sua parte interna, já que sua parte externa é velha, é vetusta, é antiga, é da época em que o Presidente Vargas foi ao Parque Belém inaugurar o serviço de tuberculose, quando os hospitais precisavam estar bem longe da comunidade, nos limites da Cidade, e lá era bastante longe. Esse hospital, hoje, tem leitos de psiquiatria, cuidados pelo Dr. Luiz Coronel. Neste momento, tem 18 pacientes internados lá – nenhum do SUS, são pacientes de convênios ou outro tipo de contrato.

Eu tenho observado, por parte da Secretaria da Saúde, um pequeno descuido com esse hospital, que resolveria, neste momento, os problemas da Zona Sul. Quem se fere na Zona Sul tem que ir correndo para o Hospital Cristo Redentor ou para o Hospital de Pronto Socorro, provavelmente a uns 8, 9, 10, 11, 12 quilômetros dali. Antes, chegaria no Hospital Parque Belém. O Hospital da Restinga, neste momento, funciona como uma UPA requintada; faz algumas pequenas cirurgias, mas não está aberto para a população ainda como um grande hospital.

Bom, o que acontece? Eu tenho observado que existe uma animosidade entre a Secretaria da Saúde. E por que eu estou falando isso agora? O Ver. Dr. Thiago e eu estamos trabalhando com isso, e o nosso querido Secretário Fernando Ritter sabe disso, assim como o núcleo do Governo, mas simplesmente foram lá hoje de manhã, fecharam o hospital e mandaram que dessem alta para os 18 pacientes psiquiátricos. Eles sabem que não tem outro hospital com vagas, neste momento, a não ser a Clínica São José, que é dar alta! particular. O Hospital Espírita está lotado. Como é que vão dar alta agora? Não podem. Eu quis saber por que fecharam, qual o motivo, qual o fator que fez fechar o hospital. Eles não quiseram dizer “por que não gostamos dele”, mas poderiam ter dito. Por que fecharam? Porque tem dois vidros quebrados no hospital, porque tem um banheiro que está sem uma grade, porque a luz está muito fraca – teria que ser de mais watts – e porque um médico fez e não assinou a prescrição. Bom, eu comecei a ficar incomodado, e o Ver, Thiago, também. Fechar um hospital com a extrema necessidade! Quando a guerra do Vietcong mostrou que a gente pode atender se for urgências, ou por necessidades maior em um ambiente, inclusive, mais deteriorado que esse. Ou eles querem que um hospital que tem quase 80 anos, não tenha um vidro quadrado. Eu não entendo isso. Então, eu vou precisar muito do apoio dos Vereadores, eu e o Thiago, para que o núcleo do Governo não se irrite com o nosso trabalho, porque não podemos fechar leitos na cidade de Porto Alegre. Não podemos fechar leitos em lugar nenhum do Brasil. O Brasil é um imenso hospital, e nós não vamos fechar onde são atendidas as pessoas. Então, precisamos do apoio dos meus queridos colegas, para que possamos não fechar o hospital, com 18 pacientes em seu interior, vão para onde? Para onde vão? E para consertar o vidro quebrado, a grade quebrada, a luz, tem que deixar SUS, que está zero de SUS, há cinco meses. Tem que deixar baixar para ter dinheiro para poder botar a lâmpada, senão não bota a lâmpada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Waldir Canal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos assistem, prezados Vereadores da minha Bancada, eu quero agradecer à Ver.^a Sofia Cavedon, pelo tempo de liderança; ao Ver. Adeli Sell e ao Ver. Sgarbossa. Venho fazer esta fala nesses cinco minutos de Comunicações, logo depois nos cinco minutos de Liderança do nosso partido, para falar sobre o dia de hoje, o dia em que se inicia o golpe na democracia brasileira, na jovem democracia brasileira. Hoje o PMDB assume o Governo através de um golpe institucional, e queremos deixar registrado nos anais da Casa porque queremos debater nos próximos dias, já que somos democratas e não aceitamos um Governo que é ilegítimo democraticamente. Queremos falar sobre a ascensão do Brasil na última década, sobre a sua economia e sobre as suas ações sociais, porque vir aqui falar sobre política é fácil, eu quero debater com a grande maioria dos partidos desta Casa que apoiaram e fazem parte do golpe sobre a construção da democracia. Início falando que será com os números que expressaremos em seguida que o Governo ilegítimo de Michel Temer irá trabalhar nos próximos meses, muito diferente daquele que o PT recebeu do Governo de Fernando Henrique Cardoso e que o PMDB, assim como em todos os governos pós-redemocratização, participou e agora toma de assalto o comando do País. São esses os números que o Governo ilegítimo cujo anúncio dos seus ministériáveis mostrou que a metade é citada na Lava Jato. O próprio Temer já é ficha suja condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo cujo nome também aparece em troca de mensagens entre Eduardo Cunha e um empreiteiro cobrando a propina de cinco milhões. São esses os números com que irá trabalhar o Governo ilegítimo que não conta com nenhum negro ou nenhuma mulher em seu Ministério anunciado hoje, são todos homens ricos e brancos. São esse os números com que irá trabalhar o governo ilegítimo de Michel Temer e o seu PMDB golpista, que deveria tirar da sua sigla a letra “D” de democrático e colocar a letra “G” de golpista, ou a letra “T” de traidor. Porque quem está no Governo, Ver. Carús, diferentemente da sua fala há poucos minutos aqui, temos divergências políticas, sim, e queremos debatê-las no fórum da democracia, que é esta Casa representa.

Quero dizer que, neste momento, as reservas internacionais líquidas do Brasil são 376 bilhões de dólares e, em 2002, eram 16 bilhões de dólares, hoje são 376 bilhões de dólares. Elas superam, com folga, toda a dívida externa do País, que é de 333 bilhões de dólares. Assim, o Brasil é credor líquido externo, hoje, de 43 bilhões de dólares. A dívida

líquida é 38%, enquanto que, em 2002, era 60%. Os investimentos externos produtivos no Brasil foram 78 bilhões, nos últimos 12 anos, sendo equivalente a 4,5% do PIB. O Brasil é a 7ª maior economia mundial; em 2002, era a 13ª economia. A renda *per capita* do Brasil hoje passa mais de 10 mil dólares anuais; em 2002, era 2.500. Números é o que não falta. Podemos dizer aqui, para os sindicalistas que apoiaram o golpe, que o salário mínimo hoje é de 880 reais, isso equivale a 250 dólares; em 2002, era 55 dólares! Essa é a diferença do Brasil, que o governo ilegítimo do Temer recebe hoje, com o que nós recebemos em 2002.

Podemos falar em números o tempo todo, e quero dizer que o Produto Interno Bruto do Brasil passou de 1,4 trilhão, em 2002, para 4,8 trilhões hoje. A dívida líquida do setor público baixou de 60% para 34% do PIB. O setor agrícola brasileiro passou de 97 milhões de toneladas para 188 milhões de toneladas; os investimentos estrangeiros diretos, em 2002, de 16,6 bilhões de dólares, Ver. Cecchim, para mais de 64 bilhões de dólares; as reservas internacionais, que eu já falei aqui, de 16 bilhões para mais de 377 bilhões. E aqui eu quero falar noutro número: no Governo do Fernando Henrique Cardoso, foram gerados 627 mil empregos ao ano; na média do Governo Lula e Governo Dilma, foram 1,790 milhão. A taxa de desemprego, todos dizem que hoje está na casa dos 10%. É alta? É alta, mas, em 2002, nós recebemos, Ver.^a Sofia, com 12,2%, e essa era a segunda maior taxa de desemprego do mundo. Hoje, o Brasil, com os 10%, é a 25ª taxa de desemprego no mundo, porque toda a Europa tem taxa de desemprego maior do que a do Brasil atualmente.

Neste tempo de Liderança do nosso partido, nós queremos dizer que o Governo que assume hoje, que, há poucos minutos, anunciou o seu ministério, coloca o partido Democratas no Ministério da Educação, o mesmo Democratas que entrou na justiça contra as cotas raciais, contra o Prouni. Queremos saber, Ver. Pujol, se levarão adiante a busca na justiça para acabar... Agora estão lá no Governo que assumiram através do golpe. Vão acabar com as universidades, ou não vão acabar? Até porque o Governo brasileiro criou 24 novas universidades nesse período contra nenhuma no período do Governo do Fernando Henrique Cardoso; criou 214 escolas técnicas federais contra nenhuma no período do Governo do Fernando Henrique Cardoso...

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Ver. Cecchim, isso não é de brincar, é de falar sério. Eu gostaria muito que o senhor viesse para debater esses números, até porque queremos que o seu governo, através do Michel Temer - ficha suja, o primeiro presidente a assumir através de um golpe institucional -, nós, nesta Casa democrática, não podemos aceitar. Queremos debater isso e quero dizer aqui que se é pelos decretos que a Presidente Dilma assinou, o Temer assinou 50% desses mesmos decretos. Todo golpista, nesse momento, fica feliz. É instituída essa lógica: não tem problema nenhum assumir um governo, mas vamos assumir pela democracia. O Sartori, que faz um péssimo governo no Rio Grande do Sul, é o nosso Governador porque foi eleito legitimamente. O Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Melo, com os quais temos discordância na sua gestão, é o governo que mais recebeu para obras do Governo Federal, obras que não acabam nunca e das quais não há prestação de contas. São governos legítimos, do Estado e do Município, e assinaram os mesmos decretos que a Presidente Dilma assinou. Este é o debate que estamos querendo fazer aqui e mostramos através de todos os números. Aqui estão as comunidades que reivindicam as creches, o Ver. Kevin Krieger, que dirigiu o serviço social na Cidade, sabe que nunca houve tanta destinação de recursos para a assistência social como houve nesse período... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Venho aqui apresentar esses números para que fiquem registrados nos Anais desta Casa. Vereadores Sofia, Adeli, Sgarbossa e Jussara Cony, que teve o seu partido junto na aliança composta até o final. Aliança é para governar e não para dar golpe. Confiamos; erro, equívoco nosso. Mas processaremos aqui nesse debate para afirmar, todos os dias desta tribuna, a busca, recordando no dia a dia, que o Partido Democrático Brasileiro não tem nada de democrático. O PMDB tem que trocar o "D" pelo "G": Partido do Golpe no Brasil. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, uma saudação especial ao Ver. André Carús, da nossa bancada, que está aqui hoje e por mais alguns dias. Eu imaginei que hoje não fôssemos falar de velório, de saída. Eu até respeito a dor de quem parte, mesmo que tenha partido com as mãos sujas, mesmo que tenha partido por uma desculpa da... Eu não preciso justificar lá no Congresso, mas a população daqui sabe que a Presidente Dilma não caiu só pelas pedaladas, pelos decretos, enfim, por um monte de bobagens que ela fez e pela incompetência, ela caiu, também, ou principalmente, pelos números que o Ver. Comassetto colocou aqui. Eles não entendem de números. Eles colocam qualquer número sem fazer análise. Foi o caso do Ver. Comassetto. Tenho que admirar a coragem que ele tem de defender um partido que metade está na cadeia e metade é incompetente. Metade está na cadeia e metade é incompetente! E a sugestão que V. Exa. deu, de mudar o “D” pelo “G”, no PMDB, eu acho que para o PT não precisaria mudar muito, porque aí já serviria até para os argentinos, Ver. Dr. Thiago: Partido da *Trucha*, Partido da Trampa – PT. O PT não precisaria mudar a sigla, poderia ficar assim mesmo, Partido da Trampa. Não precisa botar o “L”, deixa como está. Apresentar números, hoje, depois de derrotas fragorosas que tiveram no Congresso Nacional... Não foi ali no sindicato, não foi na Esquina Democrática, não foi na sede de nenhum partido, foi no Congresso Nacional. E o que se via, Ver. André Carús, era reclamarem da Constituição porque não estava sendo cumprida, aquela Constituição que o PT se negou a assinar! Essa Constituição o PT não assinou! Eu acho que assinaram até a Constituição da Venezuela, para que não tivessem mais eleições, para que continuasse o Maduro, o sucessor do Maduro, o falecido Chávez... Essa o PT assinou. A constituição do defensor dos cocaleiros da Bolívia o PT assinou. A Constituição da Bolívia o PT assinou, para ficarem no poder o tempo todo. Nem mais Cuba quis saber do PT! Imaginem só, o PT apodreceu, a família Castro se virou para os Estados Unidos, fugiu do Partido dos Trabalhadores. Mas quem é que quer saber do PT? Ninguém mais quer saber! Nem o próprio PT! O Lula não quis nem sair na fotografia perto da Dilma hoje. Eles estão desconfiados e desolados com eles mesmos, Ver. Comassetto. O PT está com vergonha dele mesmo. Acho que por isso querem trocar o nome dos partidos, para aproveitar e trocar o nome do deles. Aliás, eu ouvi o Ver. Mauro Pinheiro aqui, e depois de muito tempo, eu ouvi a Ver.^a Sofia Cavedon aplaudir o Ver. Mauro Pinheiro – esperou ele sair do PT, agora ela aplaudiu. Porque, teoricamente, estariam

numa mesma linha; não de fazer voltar a Dilma, mas de fazer eleições gerais. Eu quero dizer que eu não votei no Temer, eu não votei. O Ver. Comassetto e a Ver.^a Sofia votaram! Votaram no Temer! Que negócio é esse de ficar xingando o Temer agora? Eu não votei na Dilma, não votei. Se fosse só o Temer eu votaria, mas com a Dilma de companhia não, com o PT de companhia não! Não pensar! E assim nós estamos começando este dia, o povo brasileiro bem mais feliz. E o PT no lugar que merece.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Paulinho Motorista, na condição de Líder da Bancada do PSB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Airto Ferronato no dia 12 de maio de 2016, período da tarde.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este dia é um dia muito triste para o Brasil. Por mais que aqui tentem passar a ideia de que o povo brasileiro quer ver o PT fora da Presidência, isso é equivocado. Ontem, gostei muito da fala da Lídice da Mata, Senadora da Bahia pelo PSB. Ela disse que estão nas ruas metade dos brasileiros representados, engana-se quem acha que é uma unanimidade o apoio a isso que chamo de golpe. E era o PSB falando. Acho que o PT não está isolado na sua avaliação de que o Brasil não merece viver o que está vivendo. O Brasil, da sua nova, jovem democracia, não merece ser presidido por um Presidente golpista. Dizia Lídice da Mata que é um golpe que não foi articulado, escondido, que foi feito às claras. O Vice-Presidente, sem decisão do Congresso, Ver. Eng Comassetto, montava Governo, chamava os Deputados, oferecia cargos, atraíu, não tem caráter, não tem dignidade, não tem respeito com a república, não tem respeito com o cargo que ocupou, e, muito menos, tem dignidade à altura para o cargo que, ilegitimamente, passa a ocupar neste momento. Essa é a primeira questão! Que tipo de homem é o senhor Temer? Que tipo de cidadão é o senhor Temer? Ele rasga a Constituição brasileira, ao comportar-se dessa maneira, de forma golpista, de forma chantagista, de forma cínica, porque, ontem à noite, a imprensa golpista, aliada, anunciava os Ministros que foram indicados são processados, são investigados, são corruptos antigos, conhecidos, assim como ele: ficha-suja! O Brasil

tem na Presidência da República um ficha-suja, digam o que querem nesta tribuna, mas quem determinou que ele é ficha-suja foi a Justiça do Estado de São Paulo. Ele não poderia, se tivesse eleições hoje, se candidatar, muitos menos ser Presidente desta República, muito menos representar os anseios do povo brasileiro! Povo brasileiro que, em grande parte, foi iludido pela grande mídia golpista mais uma vez, golpista de 1964, que criou um panorama muito diverso do que o Ver. Engº Comassetto apresentou aqui, porque nós tivemos muito mais inflação alta, nós tivemos muito mais risco Brasil, muito mais desemprego, muito menos política social, muito mais miséria neste País! O Brasil avança de forma significativa para a justiça social através da democracia. O que nós estamos vivendo hoje é um golpe de quem perdeu a eleição, de quem não consegue votar e eleger, na urna, um projeto neoliberal, de medidas que retiram direitos já anunciados pelo Presidente Temer, de privatizações já vividas pelo País; privatizações desastrosas que fez Fernando Henrique Cardoso. O PSDB, em aliança com PMDB, construiu uma maioria artificial, uma maioria que não tem legitimidade no povo brasileiro, que, se for medida nas urnas essa maioria e esse projeto, não levam os votos do povo brasileiro, porque o povo brasileiro não aceita privatizações.

Se quiserem saber como vai ser este Governo Temer, olhem para cá, aqui, para Assembleia Legislativa, ao lado; aqui, no Estado Rio Grande do Sul, que é o Governo do Sartori, que esta semana já pediu autorização para privatizar novamente as estradas do Rio Grande do Sul, retrocedendo na nossa luta aqui, no Estado, para tornar os pedágios transparentes, controlados e muito menos do que tem por essas estradas afora. Então, este Governo, senhores, é ilegítimo no método como ele assume, mas há uma convivência... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...um casuísmo, uma omissão lamentável do Supremo Tribunal Federal, que não afastou Cunha tão rapidamente como afastou Lula de ser Ministro de Dilma. É lamentável do Supremo Tribunal Federal, que não impede um ficha-suja de ser Presidente da República! Lamentável do Supremo Tribunal Federal, que permite que ela seja julgada, Ver. Adeli, pelos mesmos atos que este Presidente golpista hoje assume, que são os decretos complementares! É lamentável que a Justiça brasileira seja conivente com uma usurpação do poder, com a instalação neste País de um projeto que não tem voto na urna! E com a instalação neste

País de um Presidente que não tem caráter, não tem hombridade, não tem lealdade e não terá lealdade, portanto, com o povo brasileiro. Não haverá trégua, haverá luta!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Vereadora. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Presidente, eu até iria falar sobre a questão nacional. Eu vejo muitos assessores de Vereadores aqui no plenário, mas eu não vou falar da questão nacional. Eu poderia falar sobre os crimes do Presidente Lula, sobre os crimes da Presidente Dilma, mas eu não vou falar sobre isso neste dia de hoje. Eu vou me ater a uma questão local – assunto já iniciado pelo Ver. Dr. Goulart aqui. É um dia realmente bastante preocupante. É um dia de muita reflexão. O fechamento de um hospital nesta Cidade não pode passar em branco, não pode passar no vazio, não pode não causar um desconforto a todos nós, não pode nos deixar apáticos e sem resposta. Eu venho a esta tribuna, mais uma vez, no sentido de que possamos... O Ver. Dr. Goulart trabalhava mais ativamente comigo esse tema do Parque Belém, junto com o Ver. Dr. Raul. Há anos, já venho falando sobre isso; há anos, já venho colocando a necessidade de que se porventura a direção não tem uma adequação correta, que se troque a direção, mas não se abdique de um hospital no coração da Zona Sul de Porto Alegre, um hospital com 400 leitos. Nós estamos à beira do inverno, estamos no início de um surto da Gripe A, nós vamos precisar desses leitos! Nós não podemos, por uma medida administrativa, em que, com todo o respeito, um agente de fiscalização e uma profissional estagiária da Secretaria da Municipal da Saúde determinam o fechamento de um hospital! Nós não podemos aceitar isso! E as questões colocadas como mobiliário com avarias, azulejos dos banheiros faltando, torpedos de gás... Nós vimos os torpedos de gás como estão no Hospital de Pronto Socorro e no PACS! Então essas não são justificativas plausíveis! Um hospital que há cinco meses não recebe paciente SUS, mesmo estando contratualizado com o Município. O que está havendo? Não há uma justificativa plausível! Nós não podemos admitir isso aqui! Nós já temos o Hospital Porto Alegre atravessando dificuldades com o fim do convênio da Prefeitura, que nós, e aí posso dizer, nós do Democratas, porque o Ver. Reginaldo Pujol votou dessa forma e o Ver. Dinho, também, nós nos colocamos

contrários! Nós então já estamos matando à mingua o Hospital Porto Alegre através de uma ação errada da Prefeitura. Nós já fechamos o Hospital Petrópolis! Agora nós estamos fechando o Hospital Parque Belém! E é bem claro na conclusão: “sugiro a interdição total do estabelecimento por tempo indeterminado...” Nós temos que nos indignar com esse tipo de situação! Isso não pode acontecer!

E eu já convido, Ver. Adeli Sell, tínhamos conversado na última reunião da Comissão de Direitos Humanos, para uma Reunião Conjunta das Comissões, pelo menos a Comissão de Direitos Humanos lá vai estar, na terça-feira, às 9h30min, nós vamos fazer, sim, a nossa inspeção a isso que foi apontado pela vigilância no Hospital Parque Belém. Nós vamos fazer. Nós vamos lá e vamos ver. Se realmente essas coisas não estiverem acontecendo, nós vamos ter que repensar muita coisa no que se refere às relações, principalmente, com essa instituição. Nós não podemos aceitar passivamente o fechamento de uma instituição com 400 leitos, com possibilidade de atender de 300 a 400 pacientes por dia numa emergência! Com possibilidade de ser referência... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...em ortopedia. Em traumatologia ortopedia, as pessoas estão aguardando há quatro anos por uma cirurgia ortopédica! Com possibilidade de ser referência para cirurgia endovascular! Bom, a direção não está adequada? Troca-se a direção! Mas a Cidade, a sociedade, a Câmara de Vereadores não pode assistir passiva, parada, sem reação, a um fechamento de mais um hospital na cidade de Porto Alegre! Nós temos, sim, que nos indignar, nós não podemos continuar transformando doenças curáveis em incuráveis. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje é um dia em que a Nação brasileira está esperando desde o final do ano passado. E aqui eu discordo dos que me antecederam, principalmente da ex-bancada do Governo Federal. Ex-bancada, porque hoje, às 6h45min, deixaram de ser bancada do Governo. Porque se fosse a metade da população brasileira que estivesse apoiando o ex-Governo, com

certeza, hoje, este País amanheceria parado. Com certeza, hoje, o transporte coletivo no Brasil inteiro: aéreo, rodoviário, ferroviário, urbano, estaria parado. Com certeza, hoje, fábricas, canteiros de obras, comércio, estariam parados. Mas não é isso que se vê. Se vê uma parcela pequena sobrevivendo de recursos federais apoiando um Governo que não honrou seus compromissos, que não honrou seu compromisso com a sociedade, que não honrou seu compromisso de voto. E agora se vê uma coisa triste: veem-se relações de casais que convivem juntos 10, 15, 20, 30 anos e, aí, se separam, fica um falando mal do outro: fica o marido falando mal da mulher, a mulher falando mal do marido. Conviveram juntos durante 13 anos: por 13 anos conviveram juntos, por 13 anos sacrificando o povo brasileiro, por 13 anos não reduziram a jornada de trabalho, por 13 anos não fizeram o fim do Fator Previdenciário, e agora ficam acusando um ao outro! Quer dizer que o Michel Temer só virou réu agora, de ontem à noite para hoje de manhã? Até ontem o Michel Temer era um mocinho e virou bandido na madrugada de hoje! Até ontem o Michel Temer era o melhor Vice-Presidente da República! Eu não votei no Temer! Nem uma, nem duas vezes! Agora, o pessoal que subiu aqui para defender, para falar mal do temer, como fala ex-marido e ex-mulher depois que se separa, votou no Temer, fez campanha para o Temer, subiu no palanque com o temer – já falei aqui – e votou no Eduardo Cunha. Fez campanha para o Eduardo Cunha lá no Rio de Janeiro! Fez campanha e elegeu o Presidente do Senado, Renan Calheiros. Elegeu Renan Calheiros. Porque, se não fizesse Renan Calheiros, tinha botado outro Senador melhor. Então, vamos parar com esse chororô aqui! Vamos começar a olhar daqui para frente, porque, se os projetos que estão lá para o Temer encaminhar, quem encaminhou foi o Governo, ele não encaminhou nenhum projeto ainda. As maldades do Temer estão para vir, mas as maldades que estão lá no projeto – aposentadoria igual para homens e mulheres – quem encaminhou foi a Dilma, e nós vamos enfrentar isso. Quem não acabou com o fim do Fator Previdenciário foi a Dilma! Quem não reduziu a jornada de trabalho foi a Dilma! Quem acabou com o seguro desemprego foi a Dilma! Quem acabou com o seguro em defesa dos pescadores foi a Dilma! Quem não desenvolveu políticas para reforma agrária foi a Dilma! Quem não desenvolveu políticas para acabar com desemprego... E não adianta vir querer comparar o desemprego do Brasil com o desemprego da Espanha! Então, eu quero o salário de um seguro desemprego do Brasil igual ao salário de seguro desemprego da Espanha e da França. Eu quero o salário do Brasil igual ao salário dos

Estados Unidos. Eu quero as políticas de proteção da indústria nacional brasileira igual à política de proteção da indústria americana, porque lá a GM já está totalmente autoproductiva, porque lá, o Governo americano bancou quando houve a crise na General Motors. E aqui a General Motors está demitindo milhares de trabalhadores em Gravataí e em São José dos Campos. Não só a GM, mas a Wolkswagen, a Ford, a Mitsubishi, a Hyundai... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do pronunciamento.) Então as maldades estão vindo, e o Movimento Sindical está enfrentando. Não são 50% do povo brasileiro, não queiram dividir o povo brasileiro, o povo brasileiro não está dividido. O povo brasileiro está unido para a geração de emprego e renda, para garantir o sustento da sua família, para acabar com esse desemprego de onze milhões de pessoas. O Ver. Bernardino Vendruscolo falou muito bem aqui na tribuna, foi o primeiro orador a subir e falar hoje aqui, e, seja lá qual for o Presidente, que Oxalá, Deus, o grande arquiteto estejam olhando o povo brasileiro para que ele possa estar caminhando no caminho da luz... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do pronunciamento.) O povo brasileiro já comprovou que não tem político de estimação, que não tem ladrão de estimação e que vai tirar quem estiver fazendo as coisas erradas. E a oportunidade de fazer isso é na hora do voto, nas ruas, na mobilização. Então, se hoje o povo brasileiro estivesse apoiando este Governo, volto a frisar, nós estaríamos com o Brasil paralisado. Nós estaríamos com o Brasil de braços cruzados, como já fizemos várias vezes. Agora, os trabalhadores brasileiros, as centrais sindicais brasileiras querem que o Brasil volte a crescer, querem que o Brasil volte para o seu rumo, querem que o Brasil volte para o seu trilho, querem que o Brasil volte a investir na indústria nacional, que o Brasil volte a investir na geração de emprego e renda. É isso o que o povo brasileiro quer, seja qual for o timoneiro.

Agora, que essa briga de casal, essa briga de marido e mulher, de pessoas que conviveram juntas durante 13 anos, não vire uma briga de estrelismo, não vire uma briga que venha a sacrificar o povo brasileiro. Até ontem, todos eram amigos. Nós tínhamos o nosso lado. Nós fomos o primeiro partido a pedir o *impeachment* da Presidente. E seremos o primeiro partido a subir na tribuna do Congresso Nacional e nos púlpitos das Câmaras de Vereadores e das Assembleias Legislativas para denunciar o que tiver de errado no Governo Temer, o que tiver de errado em qualquer governo. Esta tem sido a

nossa postura nos Legislativos. Nós estamos ajudando os governos a construir o que é de bom para o povo brasileiro, para os trabalhadores e para a democracia.

Agora, não foi golpe. Golpe foi dado nas eleições, golpe foi dado nas urnas, golpe foi dado em promessas que não foram cumpridas, golpe foi dado quando se disse que não se ia tirar direito nenhum dos trabalhadores, golpe foi dado quando se disse que se ia combater a inflação, que se ia combater os juros, que se ia combater o desemprego, que se ia combater principalmente – principalmente! – a retirada de direitos dos trabalhadores. E isso não foi feito. Isso não foi feito, mesmo! Então, nós estamos seguros e convictos de que hoje é um dia muito triste para a Nação brasileira, hoje é um dia muito triste para o povo brasileiro, hoje é um dia muito triste para todos os brasileiros que queriam ver este País estar discutindo políticas econômicas de fato para fazer a indústria nacional crescer, desenvolver; queríamos estar discutindo no Congresso Nacional políticas voltadas para o desenvolvimento econômico deste País, políticas voltadas para as pessoas, políticas voltadas para onde as pessoas pudessem estar melhorando. Mas não: por um governo irresponsável, por um governo que não cumpriu o que assumiu na sua campanha eleitoral, o povo brasileiro teve que ir às ruas. O Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal teve que tomar uma posição, e o Senado, ontem, teve que homologar esta posição. Então, que os caminhos do novo Presidente, que o caminho do novo Ministério, que foi enxugado quase pela metade – seja iluminado para fazer o bem para o povo brasileiro. Se não for, com certeza, os trabalhadores, a sociedade, todos estarão nas ruas novamente levando o novo governo para o caminho certo, levando para o caminho do crescimento, do desenvolvimento, para o caminho que a sociedade exige: do emprego, do crescimento e da geração de emprego e renda, do comprometimento com o social, do comprometimento com o desenvolvimento econômico – é isso que nós queremos. E agora parem, o “casal”, de ficar brigando. Parem de ficar falando mal um do outro; estiveram juntos até ontem. Não acredito que foi de ontem para hoje que o Temer virou bandido; que o Temer virou cassável; que o Temer virou essa pessoa desprezível na política brasileira. Porque até ontem os senhores e as senhoras subiram nos palanques e pediram voto para ele; os senhores e as senhoras o tinham como melhor homem para ser o Vice-Presidente da República, para ser o homem da chapa das senhoras e dos senhores, como também o eram os candidatos ao Senado Federal, os candidatos a deputado federal e estadual e governadores do PMDB, que andaram lado a lado com as

senhoras e os senhores nas campanhas nos estados, nas campanhas nos municípios. Então, vamos nos unir e fazer este Brasil crescer. Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, volto a esta tribuna neste período de Comunicações porque realmente nós não temos que comemorar a aprovação do *impeachment*, porque é um momento muito delicado da democracia brasileira. Desde que foi promulgada a Constituição Federal, por duas vezes o Congresso Nacional se posicionou pelo afastamento do Presidente da República Fernando Collor de Melo e, hoje, pela Presidente Dilma Rousseff, a partir do processo de *impeachment*. Vamos imaginar o que essa paralisia do Governo do PT tem gerado nos estados e nos municípios brasileiros. Vamos recuperar um fato: o então Governador Tarso Genro condicionou a sua candidatura à reeleição ao Governo do Estado à renegociação da dívida com os estados. Moral da história: nada disso foi feito, apesar do compromisso assumido pela então Presidente Dilma Rousseff e o Rio Grande do Sul hoje continua a sangrar e a comprometer boa parte da sua receita líquida para cumprir o pagamento da dívida com a União a juros exorbitantes, a juros abusivos. Precisou o Governador José Ivo Sartori em conjunto com o governo de Santa Catarina ingressar com uma ação no Supremo Tribunal Federal para suspender liminarmente o pagamento da dívida porque se não paga ato contínuo o Governo Federal de forma draconiana bloqueia as contas do Estado, provoca o parcelamento do salário dos servidores e outros investimentos fundamentais em áreas como educação, saúde, segurança pública e infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento do Estado. O que isto representa para os municípios? Há poucos dias tivemos mais uma notícia ruim para Porto Alegre com a paralisação, pela segunda vez, das obras da nova ponte do Guaíba porque a empresa responsável pela execução da obra anunciou que faltaram recursos públicos federais para que a obra possa ter continuidade. Se isso não é crise, não é incompetência administrativa do governo petista, não sei o que é. Esta crise econômica, ética e moral que há dois anos paralisa os investimentos e faz com que o emprego seja cada vez mais escasso, faz com

pág. 21

que o pacto federativo não se modifique, não se reforme e o governo federal continue a arrecadar a fatia maior dos tributos que são pagos pela população. Se isso não é crise então nós não sabemos o que é. Nós temos que encarar a aprovação do *impeachment* ontem no Senado, anteontem na Câmara dos Deputados não como uma comemoração ou acusá-la de golpe. Isto é um rito democrático respeitado de uma legislação que existe desde a década de 1950, um processo de *impeachment* havendo crime de responsabilidade e confirmada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Não é golpe, muito menos algo contrário à lei ou à ordem constitucional do País. Nós temos que tirar do *impeachment* as lições para que estados e municípios não sejam ainda mais penalizados por um governo que centraliza recursos e, obviamente que tinha que centralizar para promover pedaladas fiscais e outros tantos problemas que acabaram ensejando a abertura do próprio processo de *impeachment*. Esse discurso de nós contra eles, de que vão terminar com universidade pública, de que os programas sociais vão ter prejuízos, de que a população que mais precisa não vai ser assistida é um discurso revanchista e que divide ainda mais o País. Esse é um discurso que faz com que a população não tenha no Governo um aliado para a superação dos seus problemas, mas tenha nele um inimigo, que na prática isso não acontece. Nenhum programa social ou nenhum investimento numa educação pública gratuita e de qualidade vai ser cortado. O que eu tenho certeza, vai encerrar daqui para frente é a roubalheira desenfreada que tem tirado recursos públicos para investir em áreas sociais e tem envergonhado o Brasil no cenário internacional e perante a sociedade com tantos escândalos que põe corruptos na cadeia e fazem com que empreiteiros também sejam... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu, de fato, não ia me inscrever em Liderança por respeito a Amovir, que está aqui acompanhando a tarde de hoje, que é nossa convidada na Tribuna Popular, mas eu não poderia deixar de falar algumas coisas, Nídia, e de resto já, desculpas, porque isso deveria ter vindo antes do período de Liderança, nos

acompanha também a comunidade na Restinga, meu amigo e companheiro Marcelo Rocha, mas é que de fato não posso ouvir coisas que foram faladas nesta tribuna com naturalidade e que na realidade fazem parte de uma farsa demagógica que foi criada ao longo dos anos. A primeira delas é que o problema do Brasil é, única e exclusivamente, do Governo do PT. E todos sabem as minhas críticas aos Governos do PT e a todas as políticas de conciliação de classes que foram feitas, as privatizações, Sofia, que não foi só o PMDB e o PSDB que privatizaram, infelizmente os governos do PT promoveram privatizações também, todos sabem as nossas críticas às relações promíscuas com as empreiteiras, que levaram a este estado das coisas, esse *modus operandi* do regime, e embora ela tenha sido inventada e construída lá no JK, na ditadura militar, lamentavelmente foi usado como artifício também pelos governos petistas. Agora, me incomoda profundamente, Ver. André Carús, e lhe respondo, quando o PMDB vem aqui e diz que a culpa é do governo única e exclusivamente do PT. O PMDB fez parte do governo dos últimos 13 anos. Ver. Janta, nós temos muitas polêmicas aqui no Parlamento Municipal, e sabe que eu tenho total respeito. O Paulinho da Força foi parte do Governo do Lula, assim como os que estão sendo cotados agora para serem ministros do Temer, alguns vieram dos governos petistas, o Henrique Meirelles, que agora eles pintam como a salvação da lavoura, fez parte do primeiro Governo do PT; o Blairo Maggi, fez parte do primeiro Governo do PT; o Paulinho da Força fez parte, apoiou o segundo mandato do Governo Lula. E nós temos a convicção de que essa é o grande problema do PT, não só assumir e sucumbir essa lógica da governabilidade podre e apodrecida, que levou a esses resultados de corrupção na Petrobras, de toma lá dá cá, de uma governabilidade com o “mensalão”, por exemplo, que é um escândalo, e por isso, nós estamos construindo o PSOL há mais de 12 anos. E nós temos muita tranquilidade para falar, neste momento, daqueles que nunca tiveram cargo no Governo do PT e sempre fizeram oposição aos ajustes, aos ataques, às privatizações, às relações com as empreiteiras, e todos esses estelionatos eleitorais, que eu concordo, é verdade, foram trazidos a esta tribuna em relação ao seguro-desemprego, ao aumento da luz, da energia elétrica, dos combustíveis. O que nós discordamos é que o Aécio também faria essas medidas, talvez mais aprofundadas e que o PMDB do Temer não é e nem nunca vai ser a alternativa política que os trabalhadores brasileiros precisam, ao contrário, vai ser a manutenção dos ataques aos trabalhadores, vai ser o aprofundamento dos ataques aos trabalhadores, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
042ª Sessão Ordinária 12MAI2016

vai ser a manutenção de Ministérios com o Lava Jato. São sete Ministros indicados, agora, pelo Temer, que estão sendo investigados pelo Lava Jato. Então, nós não podemos aceitar essa política seletiva de indignação. E vocês sabem muito bem que eu, embora fosse contrária ao *impeachment*, porque eu acho que o problema da Dilma não foram as pedaladas fiscais, foi o estelionato eleitoral, mas um Governo Temer, não sendo uma alternativa, eu sempre defendi eleições gerais durante muitos meses desta tribuna e, lamentavelmente, o PSDB e a oposição de direita não quis eleições gerais, porque sabem que não vão ser leitos pelo voto do povo, e tampouco o Governo quis encaminhar uma proposta de eleições gerais. Agora, nós não podemos aceitar esse discurso mentiroso de um Governo de salvação nacional. Vai ser um Governo de aprofundamento dos ataques aos trabalhadores, nós do PSOL, vamos lutar vamos lutar para que se aumentem as investigações da Lava Jato, para que se investiguem e se prendam todos os corruptos e corruptores. Vamos lutar para organizar a resistência dos trabalhadores, vamos seguir lutando por eleições gerais, com coerência, sempre, com coerência.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Ver. Guilherme Socias Villela, na presidência dos trabalhos; colegas Vereadoras, Vereadores, senhoras e senhores, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre; eu quero falar, aqui, especialmente, para a Ver.^a Sofia Cavedon, Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver.^a Lourdes Sprenger, três combativas mulheres que estão no plenário. E fico-me perguntando como pode, numa Nação como o Brasil, com tantas mulheres valorosas, destacadas, como Anita Garibaldi, que nós tenhamos, em 2016, no Governo que se inaugura hoje, um Ministério sem mulheres. Dito isso, me abstenho de outros comentários, porque, há dias, eu disse quase tudo neste plenário do que eu penso sobre a conjuntura nacional e, na última Sessão, falei o que eu acho da conjuntura estadual.

Eu me reporto, agora, à conjuntura e à situação do Município de Porto Alegre. Eu tive o prazer, há pouco, de conversar com o pessoal do DMLU, está aqui o André Carús, que foi Diretor do DMLU. Pude passar, para os dirigentes, Diretores e funcionários do DMLU,

alguns problemas que nós estamos enfrentando na Cidade, especialmente no Centro, onde temos um Centro tomado por vendedores de frutas e de verduras que, simplesmente, emporcalham o centro da Cidade e impedem a circulação das pessoas. Finalmente, veio à tona aquilo que eu já sabia, só precisava descobrir o carro, o caminhão, a placa e o esquema de distribuição. O Ver. Mauro Pinheiro, que conhece muito bem o sistema de alimentação e fornecimento de alimentos na cidade de Porto Alegre, inclusive, a Ceasa, eles compram a xepa na Ceasa, e tem um esquema de ensacamento e distribuição onde as pessoas não têm carteira assinada, não têm horário de trabalho e ganham por dia, centralizado por uma única pessoa. Felizmente, hoje de manhã, Carús, o Diretor já me atendeu, nós já falamos também com outros dirigentes, funcionários do DMLU, e nós, conjuntamente – Câmara, Governo, povo de Porto Alegre –, vamos resolver essas questões. Chega de exploração, como o Janta há pouco colocou aqui, nosso Vereador, sobre as questões dos trabalhadores, porque lá estão trabalhadores que não têm carteira assinada, são semiescravos, são servos de um único distribuidor, Idenir – que já foi nosso Secretário da SMIC, sabe desse esquema. Então, agora nós já sabemos, passei hoje para a EPTC, para o DMLU e para a SMIC onde está, todos os dias, qual o carro, qual a placa e todas as descrições. Nós temos que agir e vamos agir, esta é uma Casa que tem como função, como já dizia João Dib, em primeiro lugar, fiscalizar, e esse é o nosso papel.

Quero insistir em algumas questões, principalmente na questão dos serviços na cidade de Porto Alegre. Nós precisamos atentar para que os serviços sejam atendidos quando nós tivermos uma demanda, porque nós não estamos fazendo uma disputa, estamos reivindicando e dando voz ao cidadão de Porto Alegre, porque nós somos os representantes do povo, e por nós o povo fala na tribuna e se comunica com a Administração pública municipal.

Outro tema que eu quero tratar aqui é a situação do transporte coletivo de passageiros. Não tem cabimento, eu tenho observado, o quanto as pessoas sofrem para passar pela roleta num ônibus! Não precisa ser gordo muito menos obeso. Eu quero saber quem inventou essa roleta que humilha as pessoas, a gurizada de colégio que leva mochila tem dificuldade de passar na roleta, qualquer pessoa com sobrepeso, e não precisa ser muito, é humilhada, não consegue passar pela roleta. Eu vou buscar estudos, eu quero levar essa discussão para a Comissão de Transportes aqui da Câmara, para a CEDECONDH,

que é a minha Comissão, porque é o consumidor que paga a passagem, e eu quero ter solução para essa indignidade que é o transporte coletivo em Porto Alegre, em que você não consegue passar pela roleta, os ônibus estão sujos e vivem atrasados. É uma esculhambação o transporte coletivo de Porto Alegre! Isso tem que mudar, vai mudar, porque o povo tem voz, através de nós, aqui na tribuna! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, eu quero confirmar minha inscrição para o uso da Liderança, mas quero exercitar esse direito depois de ser cumprida a Tribuna Popular, quando ouviremos a Associação dos Moradores da Vila Restinga, Amovir, no assunto da Vila Castelo, construção no leito da rua e construção do Posto de Saúde, representada pela Sra. Lídia Maria Andrade de Albuquerque, que é a presidente e que está aqui desde as duas horas aguardando para ser ouvida, Sr. Presidente. Eu peço que, imediatamente, se inicie a Tribuna Popular.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Ver. Reginaldo Pujol, está havendo um acordo para que a Tribuna Popular seja transferida por uma questão de horário, pauta dos próprios componentes da Tribuna Popular de hoje.

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, já que eu não havia pedido verificação de quórum a pedido da Ver.^a Fernanda, porque as pessoas estavam desde as 14h aqui, peço verificação de quórum, já que houve a transferência.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Informo ao prezado amigo que eu também estou desde as 14h aqui. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h.)